



Brasil

Centrais sindicais reúnem-se com Lula - O presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT (CNM-CUT) e secretário de relações sindicais do PT, Heiguiberto Guiba, está articulando a criação de uma **Câmara Setorial do Movimento Sindical**. A proposta é reunir todas as centrais sindicais do país para discutirem e formularem propostas a serem encaminhadas ao presidente eleito Lula, antes de sua posse. A primeira reunião está marcada para o dia 26 de novembro e contará com a presença do presidente eleito Lula.

A iniciativa, surgiu após a reunião para discutir a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, realizada no dia 7 de novembro, em São Paulo. De acordo com Guiba, as propostas do movimento sindical devem incluir garantia de direito dos trabalhadores e outros pontos da relação capital-trabalho. "Existem lutas do movimento sindical que não podem ficar de fora das propostas, entre elas, o Contrato Coletivo de Trabalho, Redução da jornada de trabalho sem redução de salários, mudanças na CLT e modernização da estrutura sindical", explica. Segundo Guiba, o mesmo deve acontecer com o setor patronal. "Sugeri ao Mauro Marcondes (Scania) que fizesse a mesma articulação com o setor empresarial. A idéia é discutir as propostas dos trabalhadores e dos patrões para vermos o que é consenso", esclarece. (Imprensa da CNM-CUT- 08/11/02)

Mudança no FAT divide centrais sindicais- A perspectiva de mudanças na gestão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) fez o presidente da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, adotar discurso agressivo em relação ao presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. "Lula diz que vai tirar o dinheiro da

qualificação para acabar com a fome. Isso é coisa de doido", disse Paulinho, como o sindicalista é mais conhecido. "Seria o mesmo que tirar a varinha de quem está pescando e dar um lambari para ele comer. No dia seguinte, estará com fome de novo. E aí?" Paulinho se reuniu ontem com cerca de 100 dirigentes sindicais em Praia Grande (SP).

A CUT defende a adoção de um sistema em que os recursos do FAT aplicados em cursos e programas de intermediação de mão-de-obra sejam administrados de forma compartilhada pelas centrais e pelo governo. "Isso tornaria mais eficiente o uso do dinheiro, evitando a duplicação de esforços que existe hoje", diz o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, João Vaccari. Não seria fácil colocar em prática uma idéia como essa, e o próprio Vaccari admite isso. Uma dificuldade seria definir o espaço de cada central num novo modelo compartilhado. Hoje, a fatia dos recursos que a Força recebe é maior que seu poderio no meio sindical, enquanto a da CUT é inferior à sua representatividade.

O dinheiro do FAT é importante para as centrais não apenas pelo volume de recursos que representa, mas porque os cursos de qualificação de mão-de-obra servem como chamariz para as entidades. No caso da Força Sindical, os programas financiados

pelo FAT ocupam sete andares do luxuoso edifício em que funciona a sede da entidade.

O tom adotado por Paulinho ontem foi de confronto. Na reunião de Praia Grande, os dirigentes da Força Sindical discutiram uma agenda de temas que pretendem debater com o governo e decidiram criar comissões técnicas para elaborar propostas de reforma trabalhista e sugestões para mudar a Previdência e o sistema tributário. A pauta de reivindicações da Força inclui a volta das câmaras setoriais, idéia que a CUT também defende, a redução da jornada de trabalho e o reajuste do salário mínimo para R\$ 240. A central também defende o fim do imposto sindical compulsório e sua substituição por uma "contribuição negocial" que os trabalhadores definiriam em assembléias de cada categoria.

Lula e os dirigentes do PT têm negado a intenção de mexer no dinheiro que é repassado às centrais, mas mudanças no FAT são consideradas prováveis no meio sindical. Lula promete discutir qualquer iniciativa dessa natureza com empresários e sindicatos, num fórum que ele planeja criar para debater reformas na legislação trabalhista e na estrutura sindical. O destino do dinheiro do FAT deverá ser um dos principais temas da reunião que o presidente eleito terá no dia 26 com dirigentes de centrais sindicais. (*Valor Econômico*, 13/11/2002)

Lula reúne mais de 100 em SP para discutir pacto social - O presidente eleito, Luiz Inácio Lula da

Pacto Social			
Acredita que é possível			
Sim	82,8%	Não	13,1%
Quem pode colaborar mais			
Todos nós juntos	74,5%	Bancos	3,9%
Políticos	10,1%	Industriais	3,3%
Sindicatos	4,3%	Comerciantes	0,6%
não sabe/não respondeu			3,4%

Silva, reuniu mais de cem representantes da sociedade, de empresários a sindicalistas, nesta quarta-feira para iniciar a formatação do futuro Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que vai conceber um pacto social para o país e definir as bases mínimas de consenso para as reformas que serão submetidas ao novo Congresso. Na mesa principal, além de Lula e Palocci, estavam Marisa, mulher do presidente eleito, o vice-presidente eleito, José Alencar, o presidente do

PT, José Dirceu, o secretário-geral do partido, Luiz Dulci, e o senador eleito por São Paulo Aloizio Mercadante.

O coordenador da equipe de transição, Antônio Palocci, apresentou um esboço do que será o CDES, que poderá ter entre 50 e 60 pessoas. Ele disse, no entanto, que o conselho não será uma "federação de entidades", e sim uma representação de entidades como federações empresariais e sindicais, além de personalidades de todas as áreas. O conselho, que será consultivo, só será criado após a posse de Lula, e será vinculado à Presidência da República e trabalhará durante os quatro anos do governo petista. Palocci afirmou à platéia que do CDES sairão as bases para as reformas trabalhista, previdenciária, política, agrária e tributária, mas notou que ele não deve concorrer com o Congresso.

O presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT), João Felício, disse que a CUT vai pedir aos trabalhadores para ceder o valor correspondente a um dia de trabalho para ajudar no programa de combate à fome. A CUT representa 21 milhões de trabalhadores de 3.200 sindicatos. Felício disse a jornalistas que os trabalhadores apoiaram a campanha de Lula, mas não são governo. "Jamais vamos entrar num processo de negociação em que a classe trabalhadora brasileira aceite continuar perdendo salários", afirmou, acrescentando que a entidade também não aceita que o salário seja reajustado em um percentual abaixo da inflação.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Horácio Lafer Piva, que havia enviado representantes nas duas reuniões anteriores que deram início à amarração do pacto social, desta vez compareceu e defendeu que o Projeto Fome Zero deve ser iniciado imediatamente enquanto o PT tenta organizar a constituição do CDES. (07/11/2002 - UOL notícias- Pesquisa sobre o Pacto e Lula da **ISTO É** (09 a 15/11/02))

Prefeitura recua e mantém portaria que reduz salário - Depois de várias tentativas frustradas de acordo, a Prefeitura decidiu que vai manter o que prevê a portaria (nº 609, de 31 de outubro de 2002) que altera os critérios de cálculo das vantagens pecuniárias do funcionalismo e reduz o salário de aproximadamente 27 mil servidores públicos. O anúncio foi feito ontem à tarde pela secretária municipal de gestão pública, Helena Kerr do Amaral.

"A Prefeitura concordou com as entidades sindicais em começar do zero as negociações sobre o assunto. Mas, os sindicalistas fizeram uma série de exigências, que incluía a não-edição de uma nova portaria. Isto não é negociação", disse a secretária. Segundo ela, a administração estava disposta a revogar a portaria desde que o Sindicato dos Servidores Públicos de São Paulo (Sindsep) desistisse da ação que tramita na Justiça. Isto porque, na semana passada, a entidade conseguiu liminar em mandado de segurança coletivo suspendendo os efeitos da portaria na 3ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo. A Prefeitura, por sua vez, ingressou com recurso (agravo de instrumento) no Tribunal de Justiça.

A secretária reconheceu, no entanto, que a portaria implicaria em redução salarial para alguns servidores. Do lado de fora do prédio da secretaria, um grupo de servidores da Educação realizou protesto para exigir a revogação da portaria e aprovou um novo ato para o dia 20. Nesse dia, a categoria decide se entra ou não em greve por tempo indeterminado. (*Diário de S.Paulo, 14/11/2002*)

Ombudsman se demite - Nas últimas duas semanas a situação entre servidores e Prefeitura ficou tão tensa por causa da edição da Portaria 609 que o ombudsman do Sistema de negociação Permanente (Sinp), Douglas Gerson Braga, desistiu de mediar as negociações entre as partes. Na tarde de ontem, Douglas apresentou pedido de demissão para a Secretaria de Gestão Pública. O trabalho de Douglas no Sinp era feito de forma voluntária, ou seja, sem remuneração.

O Sinp é composto por representantes de 29 entidades do funcionalismo público, da administração municipal e da sociedade civil. Atualmente, a Prefeitura tem 125 mil servidores ativos, dos quais 106 mil efetivos, e outros 42 mil aposentados.

Argentina

La Plaza de Mayo separa a dos sectores de piqueteros- La Plaza de Mayo no reúne sino separa a los distintos movimientos piqueteros. El dirigente del sector más moderado, Luis D'Elía, consideró ayer que los duros del Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados (MIJD), que lidera Raúl Castells, son "infantiles" por querer adueñarse de la Plaza el próximo 20 de diciembre. El dirigente, que participaba de una conferencia de prensa organizada por la Central de Trabajadores Argentinos (CTA) y la Corriente Clasista y Combativa (CCC), aclaró que la Central no tuvo, por ahora, ningún tipo de conversación con los hombres del puntano, pero no descartó que el acercamiento suceda en los próximos días.

De esta forma, D'Elía puso distancia al fuerte enfrentamiento que sostienen un amplio sector piquetero con el precandidato presidencial del PJ Adolfo Rodríguez Saá, a quien acusan de querer sacar "**provecho electoral**" de las marchas de protesta previstas para el 20, cuando se cumpla un año de la caída del gobierno de Fernando de la Rúa.

La guerra entre piqueteros y adolfistas comenzó el martes pasado, cuando el puntano anunció una **autoconvocatoria** para marchar a la Plaza el 20 de diciembre bajo la consigna "elecciones ya" y llamó a los sectores piqueteros y sociales para que se sumen.

La respuesta no tardó en llegar y ese mismo día el dirigente del Polo Obrero Nestor Pitrola amenazó a Rodríguez Saá con **echarlo** de la Plaza si seguía adelante con la idea de sumarse a la protesta. Pero el puntano trató de ponerle fin al tema minimizando las declaraciones de Pitrola, a quien contraatacó diciéndole, a manera de insulto, "es el piquetero duhaldista".

Los integrantes de la CCC, por su parte, reconocieron que por el momento no tienen previsto hacer una acción conjunta con otro sector y aclararon que ninguno de los hombres de Saá se comunicó con ellos. Y aclararon que sólo cambiarán de opinión si la CTA —con quienes desde hace un tiempo trabajan en conjunto— decide hacer otra cosa.

Sin embargo, el secretario de Organización de la CTA, Edgardo Depetris, no quiso precisar qué harán el próximo 20 de diciembre. Prefirió, en cambio, destacar que "el 20 de noviembre, en el día de la soberanía, nos movilizaremos los sectores populares para reclamar un modelo económico que garantice la justa distribución de la riqueza".

El sindicalista sostuvo que "el Gobierno debe dejarle de pagar al Fondo Monetario Internacional (FMI) con los recursos del pueblo y oponerse al Acuerdo de Libre Comercio para las Américas (ALCA)". Luego, el dirigente de la CCC Amancay Ardura precisó que la jornada del 20 de noviembre en la Capital Federal incluirá una marcha a las 16 hacia el Congreso de la Nación, de la que participarán los trabajadores de las empresas en crisis.

Mientras que, para el 18 y 19 de noviembre, se están organizando cortes de ruta que se sostendrán hasta el 20, cuando marcharán desde distintos puntos del país hacia la capital y centros estratégicos bajo la consigna "la unidad del pueblo, para recuperar la soberanía nacional". (*Clarín, 15/11/2002*)

Una denuncia contra Ford - El fiscal Félix Crous denunció a un grupo de ex militares y policías y a ex directivos de la empresa Ford Argentina por violaciones a los derechos humanos de las que habrían sido víctimas obreros de esa empresa automotriz durante la última dictadura militar.

La denuncia se originó a raíz del testimonio brindado por Pedro Norberto Troiani, en el denominado Juicio por la Verdad que se realiza en La Plata. Este relató que unos 25 obreros de Ford fueron secuestrados en el interior de la planta, a partir de 1976. La denuncia quedó radicada en el juzgado federal porteño a cargo de Rodolfo Canicoba Corral porque la sede de la empresa está en Capital Federal.

"Un involucramiento de tal magnitud en el terrorismo de Estado como el que declara el señor Troiani no pudo obedecer sino a la decisión de sus máximas jerarquías (de la empresa) por sobre las autoridades de planta", destacó el fiscal. (*Clarín, 06/11/02*)

Uruguay

PIT-CNT realiza gestiones para culminar 2002 con una Jornada Cívica Nacional- La dirección cotidiana del PIT-CNT resolvió intensificar los contactos con los sectores sociales, gremiales y políticos en procura de culminar el año realizando una Jornada Cívica Nacional en reclamo de la reactivación productiva y laboral del país.

El movimiento sindical resolvió llevar adelante un paro general de 24 horas, el cual se convertiría en la quinta medida de estas características durante el gobierno de coalición que encabeza Jorge Batlle. La Mesa Representativa de la central obrera se reunirá el jueves 21 del corriente con la finalidad de escuchar un informe sobre las entrevistas mantenidas y para definir cuándo se realiza la detención general y cuáles serán las características de la misma. Se indicó que la plataforma "quedará abierta" para que las organizaciones o sectores que se sumen a esta actividad puedan incorporar sus reivindicaciones particulares. De todos modos, "existen puntos en común, como es el reclamo de que se cambie de una vez por todas la política económica que ha llevado al país a una de las mayores crisis de su historia".

Es prioritario para el movimiento obrero abatir la desocupación, la cual llega al 19% y afecta a más de 280 mil personas. Hoy, además, el país tiene un millón de uruguayos con problemas laborales; la mitad de los niños nacen en hogares por debajo de la línea de pobreza; y se tiene un aparato productivo desmantelado. El PIT-CNT reclama medidas para la reactivación productiva, que genere puestos de trabajo; políticas de inversión; aumento de salarios y jubilaciones inmediato, de acuerdo a lo previsto en la Ley 16.903; y que se convoque de forma urgente a los Consejos de Salarios a fin de generar ámbitos para la negociación colectiva en todas las ramas de la actividad. También se impulsa una reforma del Estado que le permita a las empresas públicas ser dinamizadoras del mercado interno. Y se reclama la reapertura de los bancos suspendidos en base a la propuestas que ha impulsado la Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay (AEBU). (*La Republica, 15/11/2002*)

Los municipales discuten la realización de movilizaciones- Mientras se desarrolla la investigación judicial con respecto a las personas vinculadas a los episodios de violencia registrados luego de la asamblea de la Asociación de Empleados y Obreros Municipales (Adeom), la demanda civil que realizará el sindicato a la Intendencia de Montevideo por el incumplimiento del convenio va viento en popa. El gremio evalúa hoy las medidas que adoptará en el conflicto con el gobierno departamental. Fuentes de Adeom dijeron a El Observador que no se descartan paros parciales por región y la distribución de volantes informativos sobre la situación de los municipales.

Denuncia de convenio - La comuna dejó sin efecto el martes el acuerdo firmado con los municipales en diciembre de 2001 porque "se violaron las cláusulas del debido relacionamiento que se verificó durante el conflicto". Según este acuerdo, la IMM debió incrementar los salarios de los trabajadores en un 20% a partir del 1º de octubre. La denuncia del convenio no tiene efecto retroactivo, por lo que en los hechos, la comuna adeuda los incrementos del mes pasado a los funcionarios, sostienen los sindicalistas. La cifra adeudada asciende a \$ 50 millones. (*Observador 14/11/02*)

Foro Social - Con una marcha "por la soberanía nacional y contra el ALCA" que partirá a las 18 horas desde Plaza Libertad, comenzará oficialmente el Foro Social Uruguay que propone numerosos talleres, seminarios y paneles que se realizarán durante tres días. (*La Republica- 15/11/2002*) – **Lea mas en el anexo.**

Paraguay

Funcionarios, docentes y estudiantes marchan el martes- El próximo martes 19, los diferentes estamentos de la institución y las filiales del interior de la Universidad Nacional de Asunción (UNA) marchará, desde la Plaza Uruguaya hasta el Congreso para exigir que no se ejecute el recorte presupuestario que elimina G. 50.210 millones de los G. 207.555 millones solicitados al Ministerio de Hacienda. Ayer el paro de las actividades académicas y administrativas. Este es el principio de una serie de medidas que ha adoptado el Consejo Superior Universitario de la UNA para presionar a las autoridades del Gobierno a reconsiderar su posición ante tal recorte. La UNA cuenta con unos 30.000 estudiantes, 8.000 profesionales, entre funcionarios administrativos, docentes e investigadores, y 31 filiales que se acercarán por sus propios medios hasta la capital el días de la manifestación. (*ABC Color - 15/11/2002*)

Veja as mais notícias sindicais na pagina

(clique sobre o logo para a ir a pagina se estiver on line)





Cidadãos do Mercosul terão livre trânsito- O Mercosul não terá fronteiras para os cidadãos dos países integrantes do bloco. Brasileiros, paraguaios, argentinos e uruguaios terão livre trânsito nos territórios dos vizinhos, além de direitos civis iguais, residência fixa e visto permanente de trabalho. Bolívia e Chile também participarão desse acordo que hoje, em Salvador, será rubricado pelo ministro da Justiça, Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, e os ministros da Justiça e do Interior dos demais países. O acordo será assinado posteriormente, durante reunião da cúpula do Mercosul, mas para entrar em vigor definitivamente precisa também ser ratificado pelos Congressos dos países. A única exigência para ganhar o direito a todos os benefícios é não ter "passado ilícito".

O secretário nacional de Justiça, Antônio Rodrigues de Freitas Junior, diz que o acordo é o mais importante na área de cidadania desde a criação do Mercosul. "É mais generoso do que o acordo de livre trânsito na União Européia." Mas o dos europeus garante direitos políticos. O secretário diz que o tratado ajudará a regularizar a situação de 340 mil brasileiros que vivem no Paraguai, como imigrantes clandestinos. "Quem for pego é expulso sumariamente." Freitas Junior aposta no acordo para evitar outro grave problema, o tráfico de seres humanos. Essas pessoas trabalham nos outros países em regime de escravidão e, segundo o secretário, não denunciam os envolvidos com medo de repatriamento. (*Estado de São Paulo, 08/11/02*)

A coisa não é tão simples – A proposta dos Ministros de Justiça, bastante divulgada pela imprensa, ainda deverá ser encaminhada para análise e debate ao Grupo do Mercado Comum-GMC, que se reunirá ao final de novembro em Brasília. Para ser efetivada teria que ser aprovada nesse âmbito e depois no Conselho do Mercado Comum –CMC que se reúne nos primeiros dias de dezembro e então assinada pelos Presidentes na Cúpula de 6/12.

Porém uma decisão com essa – amplamente desejável – não é de simples implementação. Para que se viabilize é preciso que antes sejam harmonizadas e/ou adequadas as legislações nacionais dos 4 países em vários aspectos – dentre eles os temas da legislação trabalhista, da saúde e higiene no trabalho e da previdência são os principais; além disso seria necessário integrar currículos e unificar o sistema de certificação profissional dos 4 países. Ou seja, para aprovar a livre circulação de cidadãos e cidadãs do Mercosul é preciso reformular a agenda hoje em curso e priorizar essas questões, há muito deixadas em segundo plano, tendo em vista o caminho que o Mercosul vem trilhando – uma zona de livre comércio e uma união aduaneira imperfeitas e incompletas. Se isso for adiante, as centrais sindicais vão reivindicar como primeira iniciativa a retomada da formulação da Carta de Direitos Sociais (Correio Sindical Mercosul)

PT vai a Conferência de Cúpula do Mercosul - O PT vai comparecer à XXIII Reunião do Conselho do Mercado Comum e Cúpula dos Presidentes Mercosul nos dias 5 e 6 de dezembro, em Brasília, ainda como coadjuvante, mas já com o ministro das Relações Exteriores do novo governo nomeado e uma equipe mínima de técnicos e diplomatas afinados com o programa do futuro, que está recebendo seus retoques finais em processo coordenado por especialistas do partido nesta área.

O PT pretende voltar-se com definida prioridade para o Mercosul, elegendo, como primeira tarefa, o fortalecimento das estruturas encarregadas de levar o bloco à frente. Nas discussões dos formuladores do partido, este fortalecimento deve se dar, em primeiro lugar, pela transformação dos órgãos e entidades atualmente responsáveis pelas negociações entre os países.

Assim, a representação especial da Presidência da República para o Mercosul, uma instância administrativa criada à época exclusivamente para abrigar o embaixador José Botafogo Gonçalves, atualmente embaixador do Brasil em Buenos Aires, será revista. Os Departamentos Econômico e de Integração Latinoamericana, com sua Divisão do Mercado Comum, do Itamaraty, terão também sua estrutura e função redefinidos. Os especialistas pretendem acelerar os estudos sobre como fazer funcionar o Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul, órgão de solução de controvérsias criado em fevereiro de 2002 e até agora inoperante.

Outra estrutura a ser reforçada é a Secretaria Administrativa do Mercosul, com sede em Montevideú. Deverá esta secretaria trocar suas funções meramente burocráticas de hoje por um conjunto de atribuições mais significativas, inclusive no campo da compatibilização de políticas comuns, segundo modelo de funcionamento da Comissão Européia. Sem esta reorganização, os especialistas do PT que trabalham na formulação da política externa acham que será impossível sonhar com passos mais largos, como, por exemplo, a criação, no futuro, de uma moeda única. (*Coluna/Rosângela Bittar*) (*Valor Econômico, 13/11/02*)

Mini-Cumbre Mercosur- A fim de debater temas de interés común, Luis González Macchi, del Paraguay; Fernando Henrique Cardoso, del Brasil; Eduardo Duhalde, de la Argentina, y Jorge Batlle, del Uruguay, aprovecharán la Cumbre Ibero- americana de República Dominicana para mantener una reunión extraordinaria , previa a la cumbre presidencial, que se realizará a comienzos de diciembre en la ciudad de Brasília.

La reunión servirá para abordar cuestiones consideradas como prioritarias por nuestro país, en especial en el ámbito de la lucha antiterrorista y la cooperación en materia de combate a la fiebre aftosa. *(Última Hora/Paraguay, 12/11/02)*

PT propõe "escambo" de comida no Mercosul -O governo de Luiz Inácio Lula da Silva vai propor ao Mercosul o "escambo" (troca direta de mercadorias) de produtos agrícolas para driblar a escassez de linhas de crédito ao comércio exterior na região e reduzir a dependência de alimentos importados de países industrializados.

O anúncio foi feito ontem pelo economista José Graziano, um dos assessores mais próximos de Lula e coordenador do "Fome Zero", programa anunciado como prioritário pelo presidente eleito.

"Vamos propor um encontro de contas para redistribuir excedentes agrícolas entre os países da região", disse Graziano. "Seria uma espécie de "câmbio verde". O Brasil, por exemplo, pagaria trigo importado dos argentinos com produtos que exporta para eles. As vantagens seriam não usar dólares, não depender de linhas de créditos, e ao mesmo tempo, garantir segurança alimentar para os países do Mercosul".

O economista fez o anúncio num seminário sobre segurança alimentar patrocinado pela FAO (organismo das Nações Unidas para a alimentação) e realizado no BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O programa teve como objetivo discutir iniciativas da região para a segurança alimentar e o desenvolvimento rural. Segundo Graziano, a proposta deverá ser mencionada durante viagem de Lula a Argentina antes da posse.

Produtores argentinos apóiam proposta do PT -Os produtores rurais argentinos dizem que apoiarão um programa de troca direta de produtos agrícolas entre os países do Mercosul, caso seja implementado, avalia Ricardo Grether, secretário-geral da CRA (Confederações Rurais Argentinas).

Grether disse que a CRA -que congrega cerca de 100 mil produtores argentinos- estaria disposta a ajudar os técnicos do governo brasileiro. "Temos experiência. Já fizemos vários programas de troca de produtos e alimentos em muitas regiões da Argentina." Segundo Grether, o colapso da economia argentina já obrigou produtores de várias regiões a recorrer a trocas. *(FSP, 13 e 16/11/02)*

Chile defende moeda única para consolidação do Mercosul- As perspectivas sobre a consolidação do Mercosul são boas para o próximo governo, na visão de brasileiros, mas distantes para o Chile. Sob a ótica do presidente chileno, Ricardo Lagos, enquanto não houver estabilidade econômica em cada nação sul-americana, com o estabelecimento de moeda única, não será possível a formação de um bloco comercial na região. Sobre o Brasil, Lagos disse que o País necessita de mudanças profundas, possíveis somente a partir de amplas alianças.

Ao discursar na 22ª Reunião da Associação Petroquímica e Química Latino-Americana (Apla), que acontece desde sábado em Santiago, Lagos disse que a América Latina precisa de estímulos para fazer um bloco mais consistente e depois negociar com outros blocos mundiais. Representantes do Brasil, dos Estados Unidos e da Argentina também falaram sobre a formação dos blocos, descrevendo um cenário adverso, que inclui a indisposição dos EUA em cederem na questão ambiental.

O discurso de Lagos foi entendido pelos empresários do setor químico como um recado de que o Chile estabilizou a economia e não vai arcar com o ônus dos países que ainda amargam a instabilidade. Ele ressaltou os acordos comerciais do Chile com União Européia, Canadá, México, Coréia do Sul, América Central e o que será firmado com os Estados Unidos até o final do ano. Não mostrou disposição para se engajar na criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e criticou a postura de países vizinhos que se mantêm à margem da abertura de mercado em razão do protecionismo.

O subsecretário de políticas latino-americanas, econômicas e de comércio exterior do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Clodoaldo Huguene, mostrou que, embora as negociações para a formação da Alca aconteçam desde 1994, nada foi decidido até agora. "As decisões ficarão a cargo do PT", disse. Segundo ele, a equipe de transição ainda não tem data para se reunir com o ministério. Sobre petroquímica, Huguene ressaltou que o Brasil enfrentará problemas de competitividade na Alca, porque a concorrência norte-americana é formada por gigantes da indústria. "Daí a importância da integração da indústria latino-americana, que nesse caso deve ser feito entre as empresas. E o governo deverá ter uma política nacional para o setor, para melhorar a infra-estrutura industrial e os transportes, principalmente", disse.

Para os Estados Unidos, a área de petróleo (e a reboque a petroquímica) na América Latina tem que se abrir a parcerias com os vizinhos. "Os países devem estar aptos a produzir petróleo e refiná-lo nos países vizinhos", disse o especialista em políticas de comércio internacional dos Estados Unidos, William Krist. Ele disse que a abertura dos mercados sul-americanos entre si facilitará transações comerciais de multinacionais que investiram na região, e com isso o salto para a formação da Alca. *(O Estado de S. Paulo - Global 21 , 15/11/02)*

Pressa une os Andinos e o Mercosul- Os dois blocos querem assinar documento de criação de zona de livre comércio em 2002. O Mercosul e a Comunidade Andina (CAN) vão tentar uma última cartada para assinar ainda este ano documento que abra caminho para a criação de uma zona de livre comércio entre os

dois blocos. Ministros de ambas as partes têm reunião extraordinária marcada para o próximo dia 21, em Brasília, para tentar aparar arestas e chegar a um acordo a ser assinado durante a cúpula do Mercosul, dias 5 e 6 de dezembro. Segundo alta fonte diplomática, há um empenho pessoal do presidente Fernando Henrique Cardoso para que o documento seja assinado na cúpula do bloco, para marcar positivamente o seu mandato e o término da presidência do Brasil no Mercosul ao longo deste semestre.

Entretanto, dadas as dificuldades, assinado somente um acordo conduzidas as negociações de livre comércio, pois os Ministros do Mercosul e da se em Lima, no ultimo dia 1, à da Área de Livre Comércio das do ministro do Desenvolvimento, Sérgio Amaral, decidiu-se tentar assinatura do acordo.

Há três semanas, negociadores dos Lima, mas acabaram concluindo, praticamente, que neste ano dificilmente haveria um acordo em razão de dificuldades praticamente incontornáveis, da parte dos andinos. Os países da CAN (Peru, Equador, Colômbia e Venezuela) têm dificuldades internas e ainda enfrentam resistências de setores empresariais, diante da concorrência do Mercosul, em especial do Brasil. A Bolívia, também integrante dos andinos, já tem acordo com o Mercosul.

Os andinos até agora acenaram com apenas um avanço, pois admitem reduzir de 20 para 15 anos o prazo de desgravação para produtos sensíveis (cerca de 2000), mas ainda não listaram produtos, como espera o Mercosul. Essas é uma das tarefas mais difíceis, pois até mesmo operacionalmente, os andinos têm dificuldades de fazê-la. O Mercosul, por sua vez, já abriu mão de exigências relativas a regras de origem e para a parte agrícola. Os blocos têm divergências no quanto a produtos agrícolas e ritmos de desgravação.

O atraso nas negociações embute também dificuldades de coordenação entre os dois blocos em relação à Alca. Os andinos têm acordo de preferências comerciais com os EUA e temem perder vantagens para países como os do Mercosul, num quadro de eventual abertura hemisférica. Para o Brasil a aproximação com os andinos é estratégica pois fortaleceria a economia sul-americana frente aos EUA e ao Canadá, as duas maiores economias do Hemisfério. A CAN, entretanto, tem cerca de 50% de seu comércio exterior com os EUA e apenas 5% com o Mercosul.

Segundo fonte do governo brasileiro, não se trata de contrapor-se ao peso dos EUA frente aos países vizinhos, mas tentar projetos de aproximação que incluem desde aumento do comércio, com o ALC, até projetos como os eixos de integração e desenvolvimento da América do Sul. "É um erro conceitual pensar as relações com os andinos apenas na perspectiva da Alca, que entra nas negociações Mercosul/Can de forma oblíqua", afirmou a fonte. (*Gazeta Mercantil*, 07/11/02)



Reunião do Mercosul e União Européia - Num cenário repleto de incertezas, sobretudo por causa do impasse relacionado à liberalização mundial do comércio de produtos agrícolas, o Mercosul e a União Européia reuniram-se novamente esta semana, em Brasília, para tratar de acordo sobre associação interregional, em negociação desde o início de 2000. Para o Mercosul, as negociações terminariam ao final de 2004, conjuntamente com as da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), mas os europeus preferiram não fixar uma data.

Agricultura, tema central - Negociadores de ambas as partes, entretanto, têm noção clara de que o processo global de aproximação só poderá avançar se houver equacionamento da questão agrícola, tema central das discussões. A questão agrícola encontra dificuldades entre os europeus, que resistem a reformar a Política Agrícola Comum (PAC). Mas o tema vai mais além, pois como não avança entre os países ricos, as negociações na OMC empacaram, resvalando diretamente nas negociações entre Mercosul e U E.

Seis temas básicos - O encontro de Brasília compreende basicamente seis temas, poucos com convergências entre as partes. Na área de propriedade intelectual, por exemplo, o Mercosul já apresentou proposta, que inclui biodiversidade e transferência de tecnologia, não contemplada no documento dos europeus. A criação de um mecanismo de solução de controvérsias também esbarra em divergências.

As duas partes vão se empenhar também em finalizar os métodos e modalidades para negociação de acesso a mercado de bens e serviços. O cronograma prevê que até 20 de fevereiro próximo serão apresentadas as

ofertas de bens, consistentes com as regras da OMC, enquanto até abril de 2003 haverá trabalho de cada um dos blocos para as ofertas de serviços. As propostas revisadas na área de bens começam a ser negociadas a partir de março, na IX reunião do CNB, em Bruxelas.

Abertura de mercado – Para o diretor para Assuntos de Livre Comércio da UE, Karl Falkenberg, que dirige a delegação europeia na VIII Reunião do Comitê de Negociações Birregionais Mercosul-União Europeia (CNB), a oferta de liberalização do Mercosul deve atingir pelo menos 90% do comércio bilateral para permitir que as negociações entrem na sua fase decisiva em maio de 2003, conforme o cronograma acertado pelos ministros dos dois blocos. A proposta atual do bloco liderado pelo Brasil abrange, segundo os europeus, a eliminação de tarifas de importação para pouco mais de 30% dos produtos comercializados com a UE, enquanto, segundo ele, os europeus já puseram na mesa sua oferta envolvendo 90% dos produtos comercializados com o bloco do Cone Sul. O negociador europeu admitiu a possibilidade de mudanças na oferta da UE, também qualificada pelos sul-americanos como extremamente modesta. O Itamaraty reclama que os produtos de maior interesse do Mercosul, como carnes e cereais, foram deixados para uma última e incerta fase de eliminação de impostos.

O bloco sul-americano também contesta o fato de que a UE não se dispõe a mexer em dois pontos importantes: os subsídios à exportação de produtos que têm o Mercosul como destino e a cobrança de tarifas específicas. Falkenberg descartou a possibilidade de mudar os subsídios fora das negociações multilaterais travadas no âmbito da OMC, mas deixou claro que a proposta europeia de eliminação de tarifas pode ainda ser aperfeiçoada.

Até **28 de fevereiro**, as duas partes terão que entregar as ofertas definitivas na área de bens para negociação nos meses seguintes. As primeiras ofertas recíprocas foram encaminhadas no final do ano passado, mas foram consideradas mutuamente insatisfatórias.

De olho na proposta dos EUA -Coincidentemente, a proposta europeia deverá ser encaminhada ao Mercosul pouco mais de uma semana depois do prazo final - 15 de fevereiro - que os participantes da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) terão para fazer a mesma tarefa. Falkenberg admitiu que a UE analisará as ofertas feitas pelos EUA antes de encaminhar as suas ao Mercosul. Segundo ele, a oferta inicial já feita pelos europeus poderá ser melhorada ao longo do processo. Falkenberg esquivou-se das críticas do Mercosul, que vê pouca vontade da UE em mudar sua política agrícola comum (PAC) e portanto a oferta neste campo.

A reunião do CNB sem anunciar avanços na elaboração de normas sobre propriedade intelectual, comércio e aduanas, entre outros campos, mas um dos principais pleitos de empresários dos dois blocos – a implementação de medidas de facilitação de negócios - não deverá registrar avanços. O pacote de medidas encaminhado pelo Fórum Empresarial Mercosul/ UE, no final do ano passado, só deve vigorar a partir do ano que vem. (*Gazeta Mercantil, 11/11/02, 14/11/02, Valor Econômico, 14/11/02*)

A ALCA e o "Plano B" - Em termos formais, a reunião de ministros do comércio no último fim de semana em Quito foi um sucesso. As negociações sobre a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) continuam avançando conforme o cronograma acertado.

Brasil e Estados Unidos assumiram a presidência na fase última e crucial das negociações, antes do prazo limite de janeiro de 2005 para seu término. Os ministros concordaram com a realização de novas reuniões, uma em Miami dentro de um ano e outra no Brasil em 2004. Uma segunda minuta do texto foi divulgada, embora ainda com muitos colchetes. Foi criado um Programa de Cooperação Hemisférica, financiado em grande parte pelo Banco de Desenvolvimento Interamericano, com a finalidade de dar assistência técnica aos países menores e mais pobres da região sobre como conduzir conversações comerciais. O mais importante, talvez, foi que os ministros acordaram um cronograma detalhado para a troca de propostas concretas sobre acesso a mercados, e sobre serviços, investimentos, agricultura, provisionamento governamental, processo que deve começar no próximo mês.

Em termos burocráticos, todas essas realizações impressionam. Elas mantêm o ímpeto de uma negociação que começou há oito anos, quando a idéia da ALCA foi lançada na primeira Cúpula das Américas em 1994. Contudo, justamente quando as conversações atingiram sua fase técnica mais decisiva, nunca foram maiores as dúvidas sobre o comprometimento político com o projeto.

Jeffrey Schott, do Institute of International Economics, em artigo divulgado no site do Instituto (<http://www.iiie.com>) propõe três motivos para essa mudança de ânimo. O primeiro é o medo de que a falta de crescimento econômico na América Latina faça diminuir o apoio público ao comércio aberto. O segundo é que a instabilidade política, da Argentina à Colômbia, implicara que vários governos serão incapazes de promulgar reformas comerciais. O terceiro é que a lei de subsídios à agricultura ("farm Bill") dos EUA, as tarifas sobre o aço e as exigências do Congresso americano de fortalecimento de leis antidumping provocam todas um ceticismo sobre o real comprometimento da administração Bush com o livre comércio.

Schott calcula que a América Latina vai se recuperar de sua recessão corrente, que a desvalorização cambial neutralizou demandas protecionistas e que são poucas as alternativas dos governos da região, sejam de

direita ou esquerda, a avançar para uma maior liberalização do comércio. E ele vê a aprovação da Autoridade de Promoção do Comércio (TPA) e a proposta de reduzir subsídios agrícolas feita no contexto da rodada Doha de conversações da Organização Mundial do Comércio (OMC) como evidências do compromisso dos Estados Unidos com a liberalização comercial. Autoridades americanas deixaram claro, porém, que subsídios agrícolas e questões antidumping são assuntos para as negociações da OMC. Mas as negociações da OMC provavelmente não estarão concluídas no prazo, janeiro de 2005.

Não surpreende que a administração Bush já tenha lançado seu Plano B, na forma de negociações comerciais bilaterais com o Chile (que devem ser concluídas em breve) e com a América Central (a começar no próximo ano). Então, qual é o Plano B do Brasil? Devia ser as negociações de Doha - e, talvez, uma manifestação contra subsídios agrícolas à porta da embaixada francesa em Brasília. (*Michael Reid*, editor de *Américas da revista "The Economist"*) (*Valor Econômico*, 06/11/02)

Rodada Doha precisa destruir subsídios agrícolas-"Nas negociações da Rodada Doha, os governos têm a primeira chance real desde que o Gatt entrou em vigor de tratar seriamente da liberalização do comércio de agrícolas." Essas palavras, de Clayton Yeutter, que já foi representante do governo dos EUA para assuntos de comércio internacional e secretário da Agricultura, definem o mais importante desafio e a maior oportunidade na rodada de negociações multilaterais de comércio que se inicia.

Os benefícios econômicos da liberalização seriam vastos. Em sua mais recente "Perspectiva Econômica Mundial", o FMI calcula os benefícios básicos de uma liberalização mundial do comércio de produtos agrícolas em US\$ 128 bilhões ao ano, dos quais os países em desenvolvimento receberiam US\$ 24 bilhões. Mas só um quarto do ganho que os países em desenvolvimento obteriam viria da liberalização nos países de alta renda. O restante viria das próprias liberalizações.

A questão é determinar se os países maiores assumirão a liderança em uma liberalização radical do comércio de produtos agrícolas. A Rodada Uruguai ao menos criou uma estrutura para a organização dessa liberalização. Além disso, embora o apoio aos produtores respondesse por 31% da receita agrícola da OCDE em 2001, isso representa uma queda ante os 38% do período 1986-88. E, nesse total, a participação do apoio a preços de mercado e dos subsídios diretos à produção, que geram distorção especialmente grave, também se reduziu, de 82% em 1986-88 para 69%.

Na recente conferência da UE em Bruxelas, o presidente da França, Jacques Chirac, obteve um compromisso de elevar os gastos com a agricultura em 1% ao ano até 2013. Os EUA apresentaram uma proposta liberalizante, que pede abertura de mercado, redução de disparidades tarifárias, eliminação de subsídios à exportação e redução do apoio doméstico. Isso transfere o ônus para a UE. Não porque seja a entidade mais protecionista. Mas o bloco é um operador de maior porte. É também um exportador considerável de produtos subsidiados. Para outros exportadores, isso acrescenta o insulto do dumping à injúria pelos mercados perdidos.

Há alguma chance de liberalização substancial por parte da UE? Infelizmente, não muita. (*nota resumida do artigo de Martin Wolf/"Financial Times"*) (*Folha de São Paulo*, 12/11/02)

EUA vêem chance de rever relação bilateral- "O presidente dará as boas-vindas ao presidente eleito brasileiro na Casa Branca no dia 10 de dezembro", divulgou um Executivo americano em nota. "Os EUA e o Brasil valorizam sua estreita cooperação em temas bilaterais, hemisféricos e globais." A visita "será uma oportunidade para os dois líderes reverem o escopo dessa importante relação bilateral e discutir seu curso nos próximos anos". A nota da Casa Branca deixa subentendido que a manutenção do curso atual de aproximação não é um dado definido por antecipação.

Embora Bush e Lula ocupem lugares diametralmente opostos no espectro político de seus países, Susan Kaufman Purcell, do Conselho das Américas, disse em recente seminário que, no nível das relações pessoais, "Bush e Lula vão se dar melhor do que Bush e (Fernando Henrique) Cardoso". Para Kaufman, o perfil de "intelectual francês" do atual líder brasileiro nunca caiu bem na atual Casa Branca. "O fato de Lula ser um homem do povo, de ter subido na política democraticamente e ser uma espécie de personificação do sonho americano é algo que Bush certamente aprecia", disse ela. "Além disso, ao conversar com Lula, Bush não terá de se preocupar com o significado de palavras complicadas usadas por intelectuais." As declarações sobre política econômica feitas pelo presidente do PT, deputado José Dirceu, e pelo chefe da equipe de transição do novo governo, Antonio Palocci, têm sido bem-recebidas pelos setores do governo americano que apostam numa relação pragmática com a próxima administração brasileira.

Entre os países-membros da OCDE, o apoio total à agricultura chegou a US\$ 311 bilhões em 2001 -1,3% de seu PIB. As tarifas médias sobre os produtos agrícolas atingiram 60%.

Na UE, 35% da receita agrícola continuava a vir de apoio governamental, em 2001. Nos EUA, essa proporção era de 21%. O apoio à agricultura custava, na Europa, US\$ 106 bilhões ao ano; nos EUA, US\$ 95 bilhões. Pouco menos de metade do Orçamento da UE é dedicado à agricultura, com os 25% de fazendas maiores absorvendo 70% dos gastos.

A diferença significativa entre os EUA e a Europa está em quem paga. Quarenta e nove por cento do subsídio pago aos fazendeiros europeus é coberto por preços mais altos para a comida. Nos EUA, os preços mais altos respondem por 23%.

Na queda ante os 38% do período 1986-88. E, nesse total, a participação do apoio a preços de mercado e dos subsídios diretos à produção, que geram distorção especialmente grave, também se reduziu, de 82% em 1986-88 para 69%.

Um grupo minoritário, mas ativo e estridente, de analistas e operadores republicanos da ultradireita, com boa penetração no Executivo e no Congresso, tem procurado indispor a administração Bush contra Lula – sem sucesso. O vice-presidente do Diálogo Interamericano, Michael Shifter, descreveu os membros desse grupo como "full mooner" - pessoas que vivem em estado de exaltação durante a lua cheia. "Quaisquer ações da administração Lula que puderem ser interpretadas como contrárias aos interesses americanos serão", disse Shifter, referindo-se aos "full mooner". Um deles, o latino-americanista Constantine Menges, ex-assessor do Conselho de Segurança no governo Reagan, atualmente Hudson Institute, foi o autor intelectual de duas cartas enviadas por congressistas republicanos a Bush, no mês passado, descrevendo Lula como um "radical pró-Castro que, para fins eleitorais, posou como um moderado". (*Estado de São Paulo*, 14/11/02)



Calzados: sector asegura que se beneficiará con ingreso al Alca- Empresarios del sector calzadista se reúnen hoy y mañana en Capina Grande, en el Estado de Paraíba, en el 8º Seminario Nacional de las Industrias de Calzados, donde defenderán el avance de las negociaciones para la creación del Área de Libre Comercio de las Américas (Alca). El importante mercado de calzados brasileños que dirige casi el 70% de sus ventas al exterior, tiene como gran objetivo del sector exportar para los Estados Unidos.

"En el 2001, vendimos 100 millones de pares de calzados a los EE.UU. quienes consumen cerca de 1,7 mil millón de pares anualmente, un mercado potencial", afirma el director de la AS Consultoría, Adimar Schievelbein, que representa al sector en los Estados Unidos.

El Alca eliminará la barrera del 10,2% (promedio) que el producto brasileño encuentra al entrar en el país. El producto chino, por su parte, recibe una alícuota del 11% en los Estados Unidos. "Nuestro objetivo es desbancar al producto chino del mercado", dijo Schievelbein, refiriéndose no sólo a los EE.UU., sino que a todo el continente americano.

Según el consultor, en las Américas, el único país que puede vender un producto que podría intentar competir con el brasileño es México. "Aún así, la producción es diferente. No hay competencia para el producto nacional".

Para el consultor, que dará una conferencia sobre la posición de la industria calzadista brasileña en el mercado internacional, la formación del bloque podría insertar en el exterior a empresas menores. (N21 Información- Nexo Brasil, 14/11/02)

Alca poderá ajudar exportação, diz BID- As exportações agrícolas brasileiras podem crescer 27% com a criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), se o futuro bloco continental eliminar as tarifas dos países-membros e cortar os subsídios dados pelas nações mais ricas. Alimentos processados, como suco de laranja e carnes, devem tirar os maiores benefícios da queda de barreiras comerciais, aponta estudo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Brasil é o segundo país que mais ganhará com a eliminação das tarifas e dos subsídios: só perde para o Chile, que pode aumentar em 29% suas exportações agrícolas. O estudo também prevê expansão de 16% nas vendas agropecuárias da Argentina e de 12% nos embarques dos andinos.

"O Mercosul, principalmente se levarmos em conta Chile e Bolívia, é quem mais ganha com a reforma da agricultura na Alca", analisa o economista Antônio Donizeti Beraldo, chefe do Departamento de Comércio Exterior da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Para Beraldo, as estimativas mostram o potencial de ganho para a agricultura brasileira se a Alca for bem negociada. As exportações agrícolas totais da América Latina, segundo a previsão, aumentariam 14,6% com a criação do bloco hemisférico. O estudo do BID aponta ainda expansão maior para os alimentos processados, em torno de 21%. As vendas de produtos primários cresceriam menos: cerca de 9%. Se o cenário é promissor, Beraldo ressalta que as discussões sobre agricultura na Alca estão em marcha lenta. Com os Estados Unidos à frente, os países da América do Norte rejeitam a reivindicação da maior parte das nações, incluindo o Mercosul, de negociar subsídios à exportação e apoio interno à produção.

Para os americanos, esse assunto só deve ser discutido nas negociações multilaterais conduzidas na Organização Mundial do Comércio (OMC). "É muito pouco, para nós, tratar apenas de acesso a mercados (redução de tarifas) na Alca", afirma Beraldo, que esteve na semana passada em Quito, para a conferência de ministros do bloco, e voltou lamentando a falta de avanços nas negociações sobre agricultura. "Se houvesse garantia de que temas como subsídios e apoio interno fossem disciplinados na OMC, tudo bem. Mas não há garantias e o cenário é pessimista."

Os técnicos do BID também fizeram simulações de um possível acordo com a União Européia que elimine subsídios e derrube as tarifas cobradas dos produtos do Mercosul. Os resultados, para a Argentina, são

ainda mais animadores que na Alca. As exportações agrícolas do país vizinho aumentariam 60% com um acordo de livre comércio com a UE. Para o Brasil, entretanto, os ganhos seriam mais limitados do que no bloco hemisférico: as vendas de produtos agrícolas cresceriam 25,6%, pouco menos que na Alca. (*Valor Econômico*, 07/11/02)

A supersiderúrgica nacional - Aparentemente o noivado CSN-Corus não foi à frente por desinteresse da noiva CSN. Pelo acordo preliminar, a CSN teria 38% da nova companhia. De cinco meses para cá os ventos inverteram. A Corus havia acenado com prejuízo zero para este ano, e ele já está em US\$ 500 milhões. Garantiu que venderia os ativos de alumínio por US\$ 1 bilhão, mas conseguiu apenas US\$ 500 milhões. De seu lado, a CSN tinha margem de 39% sobre o faturamento e aumentou-o para 47%, recorde mundial. No último trimestre, estima-se que chegue a 52%, ficando em 50% no ano.

Com essa mudança de cenário, Benjamin Steinbruch, da CSN, propôs renegociar a participação da CSN, assumindo o controle total da Corus. E, aí, os ingleses roeram a corda.

Agora, abre-se espaço para uma grande e recente aspiração nacional: montar a Usibrás, uma fusão que possibilite à nova empresa ter escala mundial. A questão é: quem com quem.

À luz dos últimos resultados, analistas de mercado consideram a posição da CSN invejável. Mudaram o dólar e a composição das exportações nas vendas totais da empresa: de 15% para 47%. Com isso, a relação dívida líquida/Ebtida (geração de caixa) caiu para duas vezes. Em geral, no mercado, considera-se três o número de corte: acima disso, a empresa está em dificuldades; abaixo, em situação confortável. Nesta semana, Steinbruch anunciou a intenção da CSN de amortizar rapidamente seu passivo.

Mas como seria essa fusão? Há forte movimento tentando transformar a Usiminas no noivo, principalmente por parte da Vale, que está com um pepino grande na mão: o pesadíssimo endividamento da empresa. Nos últimos cinco anos, aliás, a Usiminas viveu um paradoxo. No plano operacional, é empresa das mais eficientes, com margem de 37% em 2001, podendo chegar a 43% em 2003. No plano estratégico, errou rotundamente, aproveitando a liquidez internacional para uma sucessão de investimentos desastrosos, culminando com a aquisição da Cosipa. Hoje em dia, a dívida consolidada da Usiminas e da Cosipa chega a US\$ 3,1 bilhão, contra US\$ 1,4 bi da CSN. Além disso, na melhor das hipóteses sua geração de caixa chegará a US\$ 700 milhões, resultando em um índice dívida líquida/Ebtida superior a quatro.

Por isso mesmo, há quem veja mais sentido em uma fusão entre CSN e CST (Companhia Siderúrgica de Tubarão). Ambas dispõem dos custos de produção mais baixos do mundo. A CSN é a rainha do mercado interno; a CST exporta toda a sua produção. A CSN é completa em produtos acabados; a CST, em semi-acabados. O controle da CST é compartilhado pela francesa Arcelor, por fundos de pensão e pela Vale do Rio Doce. A fusão permitiria a formação de uma supersiderúrgica brasileira com um pé no exterior.

Experiente executivo do setor diz que existem todas as condições para um rápido processo de reestruturação do parque siderúrgico brasileiro, seja com CST, Usiminas ou Gerdau. O setor está pesadamente endividado, com exceção da Gerdau e da Belgo Mineira. A Usiminas corre sérios riscos de liquidez, se não vier um apoio do BNDES. Utilizando o modelo dos "fundos sociais", seria possível ao BNDES montar uma esplêndida operação de apoio que permitisse criar uma grande empresa pública de capital aberto, com controle pulverizado.

A única dificuldade é a briga de egos. O setor dispõe de três superexecutivos: Jorge Gerdau, Rinaldo Soares Campos, da Usiminas, e Benjamin Steinbruch, da CSN, os três com modelos diferentes de gestão. Até agora, o BNDES limitou-se a ouvir as partes. Talvez seja a hora de sentar com os fundos, com os demais investidores, com o novo governo que vem por aí, e começar a trabalhar mais ativamente. A possibilidade de uma supersiderúrgica nacional ajudaria a economia e a auto-estima nacionais. (Luiz Nassif -FSP, 15/11/02)



Igualdade de remuneração — A Internacional de Serviços Públicos – ISP, lança em São Paulo Campanha Mundial pela “ Equidade de Remuneração Já ” entre homens e mulheres.

O ato será no dia 28 de novembro, das 15 às 18 hs na sede do Sindisaude –SP, R Cardeal Arcoverde, 119.

Jocélio Drumond

Representante do ISP

Para ler mais notícias sindicais consulte a página www.sindicatomercosul.com.br
Para se comunicar conosco escreva a msilvia@uol.com.br